



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ATA N.º 28

-----Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e trinta minutos reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias** -----

----- **Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena** -----

----- **José Gonçalo Garradas Valente** -----

----- **António José dos Santos Gomes** -----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves** -----

----- **Maria de Fátima Branco Roberto Ourives** --

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador.-----

-----**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO**-----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**PRESIDÊNCIA**-----

-----Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016-----

-----Mapa de pessoal para 2016-----

-----Proposta de contração de empréstimo-----

-----Abertura de procedimento concursal para assistente operacional (motorista de ligeiros)-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

PRESIDÊNCIA

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2016

DOC.01/28

Foi presente para apreciação o documento referido em epígrafe.

Pediu a palavra o vereador António Gomes para referir que do ponto de vista dos vereadores do Partido Socialista as Grandes Opções do Plano e o Orçamento se apresentavam como documentos importantes para a vida do Município pelo que entendia haver todo o interesse em vê-los aprovados, destacando contudo, a existência de algumas questões que gostaria de colocar: o primeiro prendia-se com o facto desses documentos se apresentarem tão tardiamente à apreciação da Câmara e posteriormente da Assembleia, pelo que convinha, tratá-los com mais tempo e não tão em cima do final do ano, conduzindo à necessidade de marcar uma reunião extraordinária para o efeito. Posto isto, e ainda antes de abordar especificamente alguns aspetos dos documentos, o vereador referiu que gostaria, se possível, ver esclarecida uma questão relacionada com as GOPs, designada verba para as Empresas Municipais, concretamente para a Lógica, com o valor de 95.000€ para o contrato programa e 100.000€ "Outras transferências", pelo que pedia esclarecimentos ao Presidente sobre a rubrica "outras transferências" de 100.000€ para a Empresa Municipal Lógica."

Na sequência da questão colocada pelo vereador, relativa à escassez do tempo para apreciação dos documentos todos partilhavam da mesma opinião recordando, no entanto que presentemente não havia Orçamento de Estado, documento esse que conformava e que orientava aquilo que é a realidade duma autarquia, logo, a Câmara Municipal elaborou o Orçamento, à semelhança de outras Câmaras Municipais às "apalpadelas", pelo que, seguramente ter-se-ia de fazer uma revisão ao Orçamento, como todas as outras autarquias logo que existisse Orçamento de Estado, e decreto de execução orçamental aprovado. Mais aludiu o Presidente que a Câmara deveria ter toda essa documentação disponível no mês de outubro, entretanto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

com as eleições marcadas para outubro seguidas daquele ritual de “corte bizantina” da designação do novo governo, também a autarquia não teve hipótese de o fazer de outra forma; quanto às duas situações diferentes, uma delas referia as verbas não pagas do contrato anterior, outra uma previsão de desbloqueamento de verbas que a Câmara terá que fazer para a Lógica, porque, tal como foi explicado na Assembleia Municipal, na altura da discussão do contrato programa, bem como na reunião de Câmara que teve lugar na Lógica E.M., se não for aprovado o contrato programa, isso implicaria na mesma um desbloqueamento financeiro para a Lógica, caso contrário, esta entra em incumprimento a vários níveis, logo, haveria sempre necessidade de desbloquear e passar verbas para a Lógica. -----

-----No uso da palavra o vereador António Gomes agradeceu o esclarecimento, salientando que o mesmo correspondia àquilo que ele presumia sobre o assunto. Relativamente aos documentos em concreto, o vereador quis fazer algumas apreciações porque já seria conhecida a posição dos vereadores relativamente às contas da autarquia. Neste contexto referiu que um aspeto importante a destacar relacionado com as despesas correntes, que relativamente ao ano 2015 teriam sofrido um aumento, o que o preocupava bastante não deixando de realçar tal facto sempre que se justificasse; relativamente às empresas municipais os vereadores do Partido Socialista teriam constatado que as transferências previstas no Orçamento e GOPs apresentavam alguma redução relativamente ao ano anterior, o que de alguma forma, salientou, viria também de encontro de outra preocupação, a necessidade de salvaguardar que a autarquia não tivesse que aplicar tantos dos seus recursos nessas empresas e que elas se tornassem cada vez mais sustentáveis; relativamente às transferências para as juntas de freguesia destacou um aspeto negativo e um aspeto positivo: do ponto de vista quer dos acordos de execução, quer dos contratos interadministrativos em que verificava uma redução nas transferências correntes e um acréscimo nas transferências de capital, feito o balanço global, constata-se uma redução das verbas que estavam consignadas nos anos anteriores, não sendo, no entanto,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

esta a maior preocupação dos vereadores do Partido Socialista. Acrescentou que não seria tanto as verbas orçamentadas mas a execução do orçamento uma vez que no ano corrente, apesar de haver em orçamento verbas suficientes, não tinha sido possível à Câmara ter em dia os pagamentos às juntas de freguesia. O vereador António Gomes destacou ainda as verbas consignadas à área social, aspeto positivo que dada a importância da matéria poderiam ser superiores, registando no entanto a existência de aspetos predominantemente negativos, sendo estes últimos que não permitiriam aos vereadores do Partido Socialista, votar favoravelmente estes documentos. O vereador acrescentou ainda mais dois ou três aspetos que lhes teriam chamado à atenção e que gostaria de ver tratados de uma forma mais objetiva e transparente, relacionados com as rubricas residuais, nomeadamente “outros trabalhos especializados”, que mostravam quase um milhão e trezentos mil euros, e “outros serviços” que apresentavam um milhão e quinze mil euros, o que resultaria, em grande parte, da opção que a autarquia teria vindo a tomar nos últimos anos, contratar externamente uma série de tarefas, algumas delas que não se justificavam. Terminou, concluindo que este orçamento em relação ao do ano anterior tem alguns aspetos que melhoraram, tem outros que teriam piorado, de forma que objetivamente os vereadores do Partido socialista não se encontravam em condições de votar favoravelmente este documento. -----

-----No uso da palavra o Presidente referiu que a maior parte das argumentações seriam sobejamente conhecidas, numa Câmara geria-se um orçamento e depois a globalidade de um outro conjunto de realidades significativas, portanto, tendo em conta que não tendo existido uma proposta concreta que havia sido solicitada aos vereadores do Partido Socialista, de intervenção em termos de orçamento quantificada, acrescentando que compreendia que tal não tivesse sido feito, pelo que, julgava que não haveria mais considerações a fazer sobre o assunto.-----

-----Entretanto pediu a palavra a vereadora Fátima Ourives para deixar alguns reparos no respeitante ao documento da Cooperativa Comolprel que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

fazia parte das GOPs, referindo que o plano para 2016 se encontraria muito mais claro do que o do ano anterior, lamentando contudo que a cooperativa não conseguisse mais autofinanciamento. A vereadora colocou duas questões que não havia compreendido, a primeira relacionada com a formação profissional, concretamente se os dois cursos de primeiro ano de nível quatro para 2015/2016, já teriam tido início, a segunda com a previsão dos EFAS.-----

-----O Presidente respondeu que face a essas matérias questionadas pela vereadora Fátima Ourives, apresentar-lhe-ia posteriormente uma informação circunstanciada na próxima reunião de Câmara, uma vez que solicitaria à Comoiprel informações detalhadas em relação a todo o plano formativo.-----

-----DELIBERADO, POR MAIORIA, COM QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, APROVAR O ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2016 E SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----MAPA DE PESSOAL PARA 2016 -----

----- DOC.02/28

-----Foi presente para apreciação a proposta referida em epígrafe.-----

-----Acerca do assunto supramencionado a vereadora Fátima Ourives pediu a palavra para tentar perceber alguns aspetos relacionados com o mapa do quadro de pessoal, uma vez que no documento não existia uma comparação entre os anos de 2015 e 2016. Na proposta subentendia a criação de dois postos de trabalho e a extinção de três. Dado que as unidades orgânicas onde seria feita a extinção não se encontrava clarificada, na extinção do posto de trabalho de um lugar de Assistente Operacional – Vigilante de Parques e Jardins, que aludia desconhecer se na primeira folha no número dois estariam realmente dois lugares ocupados de vigilância de Parques e Jardins e Instalações na carreira de Assistente Operacional, seguidamente na página cinco para a mesma função e para a mesma área apurava mais oito postos de trabalho, questionando sobre se a extinção seria para retirar, ou já estaria retirada, persistindo ainda a dúvida se passaria a sete lugares de um lado e a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

um do outro. Depois, face ainda à matéria da extinção do posto de trabalho do lugar de Técnico Superior de Sociologia/Ciências Sociais, referido na página nove, encontrar-se-iam ocupados dois lugares, pelo que questionava se seria desses que saía um lugar ou se já teria saído. A vereadora Fátima Ourives fez ainda alusão ao lugar de Assistente Técnico Experimentador Metrologista que não o tinha detetado no mapa. Relativamente à criação do lugar de Assistente Operacional para Serviços Gerais, referiu identificar um Assistente Operacional de Serviços Gerais, a tempo parcial, questionando se seria efetivamente para poder tornar este posto de trabalho a tempo inteiro.-----

-----O Presidente passou a palavra à vereadora Maria do Céu Rato que começou por esclarecer que admitia que a leitura do mapa em causa poderia não se apresentar clara quanto ao facto de onde saíam lugares, e onde entravam, mencionando que, a Câmara poderia clarificar o porquê dos lugares ocupados, vagos e novos que surgiam nas colunas da direita. Explicou que a criação do Experimentador Metrologista não apareceria porque a legislação teria mudado, logo, o que existia era um assistente com curso, que era por lei obrigatório, atualmente o Instituto Português da Qualidade mudara as exigências. Adiantou que neste momento o trabalhador estaria a completar a formação, tendo que transitar para a nova função, uma vez que este estava no Apoio dos Mercados e Feiras, a executar as tarefas de desenvolvimento a atividade de apoio e atividade empresarial, quando vagasse o lugar este extinguir-se-ia, ingressando no lugar que a formação obrigou, pela mudança de legislação. Mais informou a vereadora Céu Rato que até esta altura, o que se verificava era aquilo a que a lei obrigava.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O MAPA DE PESSOAL 2016 E SUBMETER PARA APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----PROPOSTA DE CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO -----

----- DOC.03/28

-----Foi presente proposta de aprovação de contração de empréstimo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Pedi a palavra o vereador Francisco Canudo Sena para aludir que metaforicamente se costumava dizer que o *“que torto nasce, tarde ou nunca se endireita”*, relativamente à questão do empréstimo. Para além daquilo que teriam sido as suas declarações proferidas na última reunião de Câmara ordinária, haveria duas ou três questões que considerava importantes, assinalando ao Presidente que, podendo estar enganado, considerava, face à preparação para este pedido de empréstimo, a única coisa que agora apresentaria de diferente seria o facto de se pautar por um valor menor, menos cerca de 38%, proferindo que lhe parecia que o Presidente estaria a lançar um engodo, relativamente a uma das rubricas do empréstimo, a primeira, que se reportava às questões da Proteção Civil, dando a entender que esta estaria colocada de forma a constranger a decisão fosse de quem fosse, nomeadamente, no caso daqueles que iriam votar, os vereadores do Partido Socialista, mencionando que cada vez mais se convencia que este engodo acabaria por ser um “engodo com um isco venenoso”, porque o Presidente, quando o empréstimo aparece pela primeira vez, surge de uma forma muito genérica como um empréstimo no âmbito da Proteção Civil, depois na segunda vez, aparece mais como um apoio aos Bombeiros, na segunda página da apresentação da presente proposta, refere-se à aquisição de equipamento, em articulação com os Bombeiros, o que lhe colocava dúvidas se o equipamento se destinava à Proteção Civil, só exclusivamente, ou se seria equipamento para os Bombeiros. Ainda assim, o vereador afirmou que, quando se pretendia contrair um empréstimo com tamanha dimensão, em que uma das rubricas, nomeadamente a relativa à Proteção Civil, representava uma percentagem significativa do mesmo, cem mil euros, e não se especificava quantitativamente e qualitativamente aquilo que se pretendia fazer com este valor, compreenderia o Presidente a dificuldade, para quem tinha que conceder a sua opinião através do voto, poder decidir em consciência qual o destino dos cem mil euros. Referiu ainda, por outro lado, na sua quase generalidade as rubricas previstas no âmbito do empréstimo não deitarem uma visibilidade clara em termos orçamentais, a ideia que permanecia seria de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

que esta não era uma prioridade da Câmara, mas sim uma segunda prioridade, entendendo que as questões prioritárias deveriam apresentar-se vertidas em sede de Orçamento, solicitando ao Presidente que sobre a matéria em causa fosse esclarecido. Aludiu ainda que na primeira revisão ao Orçamento, registou a existência de uma verba para a reparação da Ponte do Coronheiro, solicitando também que o Presidente o informasse relativamente a essa matéria, sendo que em função dessas dúvidas se apresentarem ou não esclarecidas, os vereadores do Partido Socialista demonstrariam qual o seu sentido de voto. -----

-----O Presidente retorquiu que, a única coisa a que não responderia seria às provocações feitas, nomeadamente em relação aos “engodos venenosos”. O Presidente passou a ler o email que teria enviado aos vereadores: “Senhores vereadores apresentei à Câmara Municipal, para posterior deliberação da Assembleia Municipal, pedidos de empréstimo que mereceram da parte de V. Exas. um conjunto de comentários e de dúvidas. Os pedidos de empréstimo tinham o mesmo teor e os mesmos valores. Situavam-se abaixo do valor legalmente permitido e correspondiam/correspondem a necessidades que, ainda que podendo ser inscritas no orçamento municipal, contam com dificuldades insuperáveis, tendo em conta as obrigações e limitações impostas pela Lei dos Compromissos. Ou seja, a sua inscrição em orçamento por si só nada resolve, uma vez que o problema essencial é sempre de tesouraria, repito, ou seja, a sua inscrição em orçamento por si só nada resolve, uma vez que o problema essencial é sempre de tesouraria. Recordo as intervenções e os valores em causa: Proteção civil - Aquisição de equipamentos (em articulação com os Bombeiros Voluntários de Moura e no âmbito de candidatura comunitária) 100.000 €; Habitação Social - Reabilitação do Bairro do Carmo – 150.000€; Obras de habitação social no âmbito do projeto Ágora – 50.000€ 200.000€; Reabilitação patrimonial Intervenção na igreja de Safara – 175.000€; Intervenção na igreja da Estrela – 60.000€ 235.000€; Parque de máquinas municipal (renovação) Aquisição de autocarro – 120.000€; Aquisição de mini retroescavadora – 40.000€; Aquisição de aparelho



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

multifunções – 40.000€ 200.000€; Reabilitação de infraestruturas municipais - Reabilitação da Ponte do Coronheiro – 150.000€; Pavimentações em todas as localidades do concelho – 225.000€; Reparações em estradas e caminhos municipais – 75.000€ 450.000€. Considerando a premência destas intervenções, e sendo minha intenção voltar a discutir o problema em reunião de câmara, solicito a V. Exas. que, até ao final do próximo dia 1 de dezembro, me remetam propostas e contributos (ou alternativas) ao quadro de investimentos aqui proposto.” Depois de lido o email o Presidente esclareceu que não seria o facto da Câmara inscrever ou não as matérias em Orçamento que garantia o facto destas serem imediatamente exequíveis, este apresentar-se-ia como um problema de tesouraria, uma questão de existir disponibilidade ou não. Mais informou que quando foi dito que seria uma articulação com os Bombeiros ou a Proteção Civil mencionaria sempre a compra de equipamento com valores naturalmente estimados, situação que se apresentaria válida para o investimento nos Bombeiros, para a reabilitação do Bairro do Carmo, para o qual a autarquia tem uma verba estimada de cerca de cento e cinquenta mil euros, à semelhança da reabilitação da Ponte do Coronheiro em que existiria uma verba estimada com base naquilo que o relatório do LNEC- Laboratório Nacional de Engenharia Civil indicara para uma intervenção cujo custo, em conjunto com técnicos da área se estima em cento e cinquenta mil euros. Em relação aos Bombeiros o Presidente deu conhecimento de um email recebido terça-feira, e um outro na noite anterior, onde estariam indicadas necessidades para uma candidatura comunitária, ou seja, aquilo que era solicitado à Câmara Municipal e que posteriormente se submeteria à Assembleia Municipal, seria o financiamento da contrapartida nacional de um projeto comunitário, tendo este assunto sido discutido com os Bombeiros. Mais adiantou que os equipamentos referidos pelos Bombeiros a esta Câmara Municipal na proposta enviada, também com valores estimados que rondariam os trezentos e vinte mil euros, tendo a Câmara Municipal de comparticipar como contrapartida oitenta mil euros, ou seja, vinte e cinco por cento do valor da candidatura, ainda que, este valor pudesse apresentar-se ser superior em termos de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

comparticipação e inferior, em termos de contrapartida. O Presidente referiu que imaginando uma razão de oitenta/vinte, mesmo com a descida do valor sendo sempre possível comprar outro tipo de equipamentos, quer as verbas estejam inscritas em Orçamento quer seja uma opção da Câmara em termos de Orçamento, caso a autarquia não apresente capacidade do ponto de vista financeiro para a sua execução, não haverá verba em Orçamento, daí a necessidade de recorrer aos empréstimos que, são, como já havia sido referido uma disponibilidade de tesouraria que permite uma atuação imediata. Mais informou ter sido desta forma que a Câmara Municipal concretizara todas as intervenções incluídas no anterior empréstimo e que tiveram como destino o investimento, esclarecendo ainda não se tratar de alimentar a máquina, mas sim de fazer aquilo que ainda não existe, fruto das circunstâncias com as quais a autarquia laborava ao longo dos últimos anos, nomeadamente com os cortes no orçamento municipal, que têm sido ditados pelo poder central e que são uma realidade efetiva. Adiantou que a existir um novo empréstimo, a Câmara pretendia executar quer as intervenções previstas em Orçamento, pelo que, se a autarquia não tiver capacidade de as executar, por não ter o empréstimo concedido não haveria a possibilidade da sua execução, “com engodo venenoso ou sem engodo venenoso”.-----

-----Seguidamente pediu a palavra o vereador Francisco Canudo Sena começando por dizer que a intervenção do Presidente teria vindo dar mais corpo àquilo que foi a forma por si abordada sobre a questão do empréstimo. Continuou referindo que considerava absolutamente inaceitável que o Presidente tivesse em seu poder, devidamente quantificada uma proposta enviada pelos Bombeiros, que qualquer um dos vereadores da oposição desconhecia em absoluto, não tendo tido a preocupação de fazer chegar aos vereadores esse documento para conhecimento, sendo algo que lhes causava alguma preocupação, pelo que a decisão dos vereadores do Partido Socialista relativamente a esta matéria seria votar contra. -----

-----O Presidente retorquiu que o vereador Francisco Canudo Sena não ouvira aquilo que havia sido dito, o email teria sido enviado na noite anterior



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

com a indicação dos valores em relação ao custo dos equipamentos, estando as verbas indicadas em anteriores documentos como compra de equipamento para os Bombeiros Voluntários de Moura, isso estaria explanado em todos os documentos submetidos a reunião de Câmara, frisando que apenas na noite anterior teria tido indicação de quais os equipamentos/viaturas a adquirir, pelo que este sem este conjunto de equipamentos os Bombeiros teriam mais dificuldade em funcionar não tendo a Câmara acesso a este empréstimo, pelo que seria praticamente impossível a comparticipação por parte da autarquia. ---

-----O vereador Francisco Canudo Sena no uso da palavra disse conhecer a realidade dos Bombeiros melhor que ninguém, aludindo ao tempo em que fora comandante ativo, e que por saber como estes funcionavam tinha conhecimento que se faziam boas aquisições, mas também se faziam muito más aquisições, sendo óbvio que não poderiam decidir sobre uma matéria desconhecendo o destino a dar ao dinheiro.-----

-----O Presidente referiu que em relação à resposta aos emails, o vereador não teria respondido a nenhum dos emails enviados anteriormente nos quais seriam solicitados contributos precisos e concretos em relação ao empréstimo e em relação às GOP. Quanto aos Bombeiros Voluntários, o Presidente entendia não ter de enviar emails por causa da aquisição de equipamento, matéria, na qual, nem a Câmara Municipal teria qualquer tipo de interferência, sendo essa da exclusiva responsabilidade dos Bombeiros Voluntários de Moura pelo que a Câmara respeitaria as pessoas que estavam no comando dos Bombeiros, os técnicos que ali trabalhavam e os técnicos a que, naturalmente, os bombeiros teriam recorrido a fim de se aconselharem em relação à compra dos mesmos, mais aludindo que neste caso em concreto a Câmara Municipal numa circunstância dessas, teria, como seria evidente que confiar nas opções de uma corporação como os Bombeiros. -----

-----No uso da palavra o vereador Francisco Canudo Sena referiu que, quando se diz a alguém que não está a falar a verdade, será o mesmo que dizer que está a mentir, referindo que o Presidente estaria enganado, pois o vereador havia respondido à solicitação feita, enquanto cabeça de lista eleito



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

pelo Partido Socialista e vereador que encorpava a candidatura do referido partido, tendo dito que em próxima reunião de Câmara dar-lhe-ia resposta às questões suscitadas, aquelas que entendia serem importantes. -----

-----O Presidente usou da palavra para referir que seria apenas uma questão de leitura das atas para verificar quais as propostas que teriam sido quantificadas.-----

-----Seguidamente pediu a palavra a vereadora Fátima Ourives que questionou o Presidente se os Bombeiros teriam apresentado alguma necessidade tão prioritária, que justificasse a urgência deste empréstimo, tendo o Presidente respondido afirmativamente, ao que a vereadora retorquiu que desconhecia tal facto. -----

-----O Presidente realçou que este assunto teria vindo a ser referido, ao longo de muitas reuniões de Câmara e de muitas reuniões entre os técnicos da Câmara Municipal de Moura com os Bombeiros Voluntários de Moura até à exaustão, no âmbito da preparação de candidaturas a fundos comunitários. ----

-----DELIBERADO, POR MAIORIA, COM QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS VOTOS CONTRA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, APROVAR A PROPOSTA DE CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO E AINDA SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ASSISTENTE OPERACIONAL (MOTORISTA DE LIGEIOS) -----

----- DOC.04/28

-----Foi presente proposta de abertura do procedimento concursal com vista ao preenchimento de um lugar de Assistente Operacional (Motorista de Ligeiros). -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA AO PREENCHIMENTO DE UM LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL (MOTORISTA DE LIGEIOS). -----

-----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram quinze horas e dez minutos. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 4 de dezembro de 2015

PRESIDENTE: _____

SECRETÁRIO: _____